CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Nº 001/2021

PARTES CONTRATANTES:

De um lado a **Câmara Municipal de Vereadores de Faxinal dos Guedes - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rio Grande do Sul, 500 – na cidade de Faxinal dos Guedes-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.019.411/0001-42, representado pelo seu Presidente Sr. Lucas Gabriel Ramilo, residente e domiciliado nesta Cidade de Faxinal dos Guedes -SC, portador do CPF n. 09528704956, doravante denominada simplesmente **CÂMARA**;

e de outro lado o **SIPER INFORMATICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Av. São João , 820 , sala 03, na cidade de Faxinal dos Guedes(SC), inscrito no CNPJ/MF nº06.036.041/0001-14, representado pelo seu gerente Sr. Jian Carlos de Sá, doravante identificada apenas como **CONTRATADA**; ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam, na forma estabelecida, tudo de acordo com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços, o que fazem com base nas disposições constantes das cláusulas seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços pela **CONTRATADA** à **CÂMARA**, de Assistência de Informatica, de servidores, de internet, de rede, dando suporte presencial, um dia da semana, ficando definido entre as partes, na segunda-feira, além dos demais dias sempre que necessário.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Regime de Execução:

A execução do presente instrumento contratual dar-se-á sob a forma de execução direta da **CONTRATADA**, não sendo permitidas sub-contratações sem a anuência expressa da **CÂMARA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência:

O presente contrato tem a vigência a partir da assinatura e encerrando-se em 31 de dezembro deste exercício financeiro, podendo ser prorrogado, mediante termos aditivos, limitado ao encerramento da presente Legislatura.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Valores e Condições de Pagamento e Reajuste:

Pela realização dos serviços constantes da Cláusula Primeira a **CÂMARA** pagará a **CONTRATADA**, o valor certo e ajustado de R\$ 1.450,00 (hum mil quatrocentos e cinquenta) mensais, **cuja importância será paga até** o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços.

Parágrafo único. Na prorrogação de prazo do contrato mediante termo aditivo, os valores previstos nesta cláusula serão reajustados com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, ou no caso de extinção deste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

CLÁUSULA QUINTA – Da Dotação Orçamentária:

Para cobrir as despesas do presente contrato serão utilizados recursos próprios da CÂMARA, consignados na seguinte dotação orçamentária:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 01311002.001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara
 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA – Da Licitação:

Conforme preceitua o artigo 24 da Lei 8.666/93, consolidada, este contrato fica dispensado do processo licitatório por seu valor ser inferior ao limite exigível.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Obrigações da CONTRATANTE:

A CÂMARA obriga-se a:

- I. Pagar no prazo fixado os valores estabelecidos na Cláusula Quarta deste contrato;
- II. Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas;
- III. Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações que julgar necessárias ao bom andamento dos serviços.
- IV. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA à todas as dependências para o bom desempenho dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Das Obrigações da CONTRATADA:

A CONTRATADA obriga-se a:

- I. Realizar os serviços objeto do presente contrato de forma contínua, com presteza, qualidade e eficiência;
- II. Prestar suporte técnico aos funcionários ou prepostos da CÂMARA através de encontros, reuniões, telefone, fax, ou Internet, durante a vigência contratual.
- III. Prestar à CÂMARA todas as informações necessárias ao bom e fiel desempenho das atividades;
- IV. Assumir todas as responsabilidades em relação aos profissionais colocados à disposição da **CÂMARA**.
- V. Tratar como confidenciais as informações e dados manuseados, guardando total sigilo em relação a terceiros.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civil e criminal que couber, as seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;
- III. Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Alteração Contratual:

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tornadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Rescisão:

A ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 78, da Lei nº 8.666/93 consolidada, ensejará na rescisão do presente Contrato, observando-se o seguinte:

- I. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- II. Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- III. Em caso de inadimplemento de obrigações aqui pactuadas, por qualquer uma das partes, o presente será rescindido ou suspenso.
- IV. A **CONTRATADA**, reconhece os direitos da **CÂMARA** em caso de rescisão, na forma do art. 55, IX, c/c art. 77, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.
- V. A Câmara de Vereadores poderá, ainda, rescindir o presente contrato, por seu interesse, notificando a parte contratada, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que isso importe em qualquer direito à **CONTRATADA** pleitear qualquer direito e ou indenização, de qualquer natureza.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I. A **CÂMARA** reserva-se o direito de efetuar a mais ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, bem como as questões de segurança dos dados, não excluindo-se a contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.
- II. O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a **CONTRATADA** colocar a serviço.
- III. Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente à matéria e a Lei 8.666/93;
- IV. Na tentativa de fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade a Contratante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078, 11/09/90 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca a que pertence a **CÂMARA** (Xanxerê-SC), com renúncia de qualquer outro, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, em três (02) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumprí-lo em todos os seus termos.

Faxinal dos Guedes-SC, 01 de Maio de 2021.

CÂMARA DE VEREADORES
FAXINAL DOS GUEDES/SC
Lucas Gabriel Ramilo
 Presidente

SPIDER INFORMATICA LTDA
Jian Carlos de Sá - Gerente
 Contratada